

# Renegociação, sim

*Dívida externa*

Renegociação da dívida externa tornou-se a expressão capaz de sensibilizar praticamente todos os setores do país, inclusive dentro do Governo, diante do impasse para o qual se caminha a passos largos, se alguma coisa de efetiva não for feita o quanto antes nesse terreno. Se a moratória unilateral é medida irresponsável, capaz de custar ao Brasil um preço muito superior aos juros da dívida e ao próprio montante dela, por outro lado não se pode esperar que a ação vá cumprir pura e simplesmente um esquema de pagamento, que, somente no corrente ano, implica algo em torno de doze bilhões de dólares, que poderão ser mais no final do ano, porque a variação de juros internacionais faz com que hoje nenhum país devedor saiba, exatamente, quanto está devendo aos bancos e outras instituições internacionais.

O pesadíssimo sacrifício que representa para o Brasil o pagamento de tão elevada cifra em juros da sua dívida externa em 1983 e mais as perspectivas de ter de pagar muito mais que isso em 1984 e em 1985 certamente seduzem alguns setores inconsequentes à decretação de moratória unilateral — uma bonita expressão para significar, pura e simplesmente, o famoso *calote* que um devedor passa em seu credor.

Não é este o caminho indicado para nações adultas e responsáveis. Não é este o caminho da saída das dificuldades nacionais. Não será este, certamente, o caminho pelo qual vai passar o Brasil.

Mas alguma coisa precisa ser feita — e urgentemente — para que se renegociem os débitos deste e dos próximos anos, em termos compatíveis com as possibilidades e recursos da nação. Essa a tese que, muito mais que a eleição direta do Presidente da República, tem realmente chance de ganhar o consenso nacional.

Ainda agora, mais uma alta autoridade do

Governo — o Ministro Danilo Venturini — considerou com “total simpatia” — a idéia de um Senador do PDS para a formação de Comissão Interpartidária com vistas a tratar da renegociação da dívida, do Governo brasileiro para os governos interessados.

Na área empresarial, por outro lado, os mais altos dirigentes da Confederação Nacional da Indústria — um dos quais, também Senador do PDS — endossaram publicamente a tese da renegociação da dívida externa brasileira, ao mesmo tempo em que repudiaram a moratória unilateral. Recorde-se que em seu primeiro pronunciamento ao Senado Federal, já também o Senador Roberto Campos perfilava ao lado dessa teoria, apontando não apenas as dificuldades de 1983, mas, principalmente, as que se adensaram para 1984-87.

Nas áreas mais realistas e moderadas das Oposições, também se sente um pensamento muito semelhante, no sentido da renegociação da dívida, ainda que certos setores demagógicos teimem em apresentar o *calote* como solução adequada ao problema dos débitos externos do país.

No momento em que se encontra em Brasília uma pequena delegação que representa os interesses dos banqueiros credores do país, nada mais positivo que se desenvolva um esforço interno no sentido da obtenção de um acordo mínimo sobre a renegociação da dívida, que possa servir ao Governo para as suas conversações com esses representantes e, mais adiante, com o Fundo Monetário Internacional.

A nação precisa firmar, com clareza, uma posição que rejeite a moratória unilateral, demagógica e perigosa aos interesses do país, ao mesmo tempo em que se alinha, com firmeza, por uma solução negociada dos pesados débitos externos que vencem a curto prazo.